

O tônico dos machos: o consumo de psicoativos no contexto das masculinidades e a violência de gênero no campo

ALEXANDRA LOPES DA COSTA*

Apesar do consumo do álcool e outras drogas serem percebidos como motivadores da violência pela opinião pública, estudos sobre o consumo de substâncias psicoativas (SPA's) revelam que esta noção é precipitada e reducionista. Este artigo explora o contexto do consumo da bebida alcoólica e de outras drogas entre homens e as relações com atos de violência contra a mulher no assentamento rural Bebedouro, situado nas imediações do município de Nova Alvorada do Sul, no estado do Mato Grosso do Sul.

Criado em 2004, o assentamento Bebedouro é fruto do processo de reforma agrária desencadeado pela mobilização social de homens e mulheres ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul, a Fetagri/MS, organização que reúne sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Mas a ocupação da região por essas famílias começou antes desse período.

A Fazenda Bebedouro buscou desenvolver uma produção variada, com destaque à produção leiteira, ao plantio de legumes e verduras. Porém, não obteve êxito e a área com o tempo foi abandonada. A imensa vastidão de terra improdutivo foi logo vista como indispensável para abrigar famílias com histórico de luta pela terra, mas sem ter um local para viver e produzir.

Nos primeiros anos do segundo milênio iniciaram as ocupações da Fazenda Bebedouro, ainda timidamente. Ramão Escalante, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Alvorada do Sul, relata que em 2002, momento em que ocorreu o início dos estudos de viabilidade da terra para a Reforma Agrária, as ocupações foram intensificadas e as famílias plantavam com foco na subsistência.

Organizadas pela Fetagri/MS, as famílias residiram no local por mais de dois anos, acampadas embaixo de lonas, aguardando a divisão e repartição dos lotes, a

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialista em Dependências Químicas pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) e mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Desenvolve a pesquisa com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

efetivação do assentamento, titulação do imóvel e concessão de linhas de financiamento necessárias para alavancar a produção.

Em 23 de abril de 2004, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, emite uma portaria que reconhece a fazenda Bebedouro como assentamento rural. A área de 1.456 hectares seria destinada a 103 famílias. A maioria dos assentados pela reforma agrária no Bebedouro era integrada por famílias sem-terra de Nova Alvorada do Sul e outros municípios do Mato Grosso do Sul, como Glória de Dourados, Fátima do Sul, Douradina e Nova Andradina.

Seis anos depois, o número de famílias modificou um pouco, algumas abandonaram a terra e em alguns casos outros sujeitos ocuparam os lotes. A população é de aproximadamente 450 pessoas, que sofrem com a falta de acesso aos serviços públicos, pois o atendimento médico e a segurança pública são esporádicos e os órgãos de defesa e atendimento as mulheres vítimas de violência inexistem.

A região situa-se a uma distância de 30 quilômetros do centro da cidade de Nova Alvorada do Sul, para onde todos seguem quando precisam de atendimento médico e odontológico com urgência e outros serviços essenciais, como Bancos ou supermercados. De acordo com Ramão Escalante, são comuns as reivindicações dos moradores no sindicato nas questões envolvendo assistência técnica para a produção.

A população masculina e feminina, em proporção semelhante no assentamento, cobram a falta de projetos do Incra para a região, informa Escalante. Castigados pela baixa produção, sentimento de abandono, escassez de recursos financeiros e pela falta de estrutura do ambiente, o emprego na cidade e nas usinas de álcool e açúcar e grandes plantações de cana se tornaram uma estratégia de sobrevivência para permanência na terra.

No entanto, as limitadas oportunidades do mercado de trabalho acirram a competição pelo emprego. Residentes do assentamento Bebedouro disputaram postos de trabalho com indivíduos de outras regiões brasileiras, especialmente da região Nordeste e interior de São Paulo, que foram para Nova Alvorada do Sul em busca de oportunidades de trabalho e formas de reprodução da existência.

O aumento da cadeia produtiva sucro-alcooleira na região, intensificada a partir de meados dos anos 2000, tornou a experiência na colheita manual da cana um elemento importante para a conquista do emprego nas usinas, onde poucas pessoas no Mato

Grosso do Sul conheciam as técnicas antes disso. O incentivo da indústria ao processo migratório para ampliar a produção levou ao barateio da força de trabalho a partir da mão de obra excedente.

Desde essa época, movimentos sociais, organizações não governamentais em defesa do meio ambiente e de direitos humanos, além da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul (CIPFCT/MS), têm denunciado uma série de irregularidades presentes em diversas usinas de álcool e agrodiesel no Mato Grosso do Sul. São freqüentes a precarização das condições de trabalho, ausência dos direitos trabalhistas, a degradação do meio ambiente e a presença das bebidas alcoólicas nos alojamentos, que neste contexto de trabalho exaustivo e violação de direitos, pode comprometer a saúde do trabalhador.

Conforme Osvaldo Coggiola (1996) no sistema capitalista o uso de drogas em meio ao empobrecimento de maior parte da população concomitante à destruição física e moral dos trabalhadores constitui um elemento para suportar as fases de frustração, sofrimento, impotência e miséria.

Já para o historiador Henrique Carneiro (1994), a história da utilização das drogas não está descolada dos elementos que compõem a trama social, pois ela se entrelaça aos costumes em relação ao sexo, à alimentação, à moral, à religiosidade, às práticas de cura e ao lazer, etc.

Nesta direção Gilberto Velho (1999) acredita que o consumo de substâncias psicoativas deve ser analisado inserido num amplo conjunto de fatores, pois para entender o fenômeno das drogas é essencial a sua contextualização. Segundo ele, estudos antropológicos podem oferecer contribuições para o debate nesse campo ao explicitarem as diferentes formas de utilização dos psicoativos em função de questões sociais e culturais, que enriquecem o entendimento e complexificam o que pode ser identificado no âmbito das análises bioquímicas (VELHO, 1999).

Em se tratando da violência doméstica, Soares (2005) aponta que mesmo existindo evidências concretas e inúmeras histórias no qual a violência praticada pelo homem sobre a mulher aparece relacionada ao efeito da bebida alcoólica ou outras drogas esta não é a causa do problema. Diversos alcoolistas nunca se valeram da violência contra suas esposas e inúmeros homens cometem agressão sem a ingestão de qualquer psicoativo. Dito de outra forma, não é possível identificar se estes homens não

violentariam suas companheiras sem o uso da bebida e outras substâncias psicoativas (MINAYO & DESLANDES, 1998).

Deste modo, acreditamos que para entender o consumo do álcool e outras drogas no espaço do assentamento Bebedouro e as associações com o fenômeno da violência contra as mulheres é importante compreender a evolução histórica do próprio assentamento, suas maneiras de organização, as representações, atribuições e relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

Durante algum tempo, moradores do Bebedouro realizaram trabalho braçal na plantação de cana de açúcar da “Safi Brasil Indústria de Açúcar e Álcool”, em funcionamento nessa época na região do município de Nova Alvorada do Sul. No entanto, de acordo com relatos captados durante o trabalho de campo com a desativação desta usina agravou-se a situação de escassez de renda do ambiente, pois representou a perda de possibilidades de emprego para uma parcela considerável da população do Bebedouro. Hoje, muitos assentados sobrevivem de pequenos serviços, como trabalho de diarista, manicure, conserto de cerca, criação de vacas e comércio de leite, plantio e venda de verduras, hortaliças e derrubada de matas nas fazendas vizinhas, etc.

Menegat (2008) ao estudar as identidades e trajetórias de mulheres em dois assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul, identificou a divisão de lugares e de trabalho segmentados pelas categorias de gênero. Nos assentamentos pesquisados esta divisão é pontuada pelo espaço da roça, considerado masculino, produtivo e importante, posto que gera lucro contrastando com o espaço da casa, local por excelência das mulheres e dos trabalhos domésticos que carecem de visibilidade e valorização.

De acordo com Menegat (2008) o “serviço” das mulheres dos assentamentos, tido como leve, logo associado ao feminino, mescla múltiplas atividades que geram uma sobrecarga para a mulher abrangendo desde o passar a roupa, cozinhar, cuidar das crianças, dos animais domésticos, da horta, do pomar até cortar e carregar a lenha, porém a autora ressalta: as mulheres rurais nem ao menos são vistas como trabalhadoras, mas como meras ajudantes dos maridos na roça e cumpridoras dos afazeres domésticos, ofícios considerados inerentes da mulher resultando numa dupla ou tripla jornada de trabalho.

Farias (2008) comunga com a opinião dessa autora. Ela relata que muitas mulheres assentadas realizam o trabalho doméstico exercendo as responsabilidades

atribuídas ao sexo feminino pela sociedade, porém destaca também a participação feminina em diversas funções ‘tradicionalmente masculinas’, como o aparte do gado e a operação do maquinário.

No entanto, a autora salienta que esses serviços não são considerados trabalho, mas encarados como auxílio, contribuindo para desvalorizar a força de trabalho feminina que se estende ao espaço dos lares. Para Farias (2008), a justaposição de atividades gradativamente se internaliza como uma obrigação não sentida, revelando traços da subordinação das mulheres. A pesquisadora indica que o inverso não foi detectado: a participação de homens nas atividades tidas femininas é praticamente inexistente (FARIAS, 2008).

De forma análoga às áreas urbanas a estrutura das relações de gênero no campo são pontuadas por assimetrias que privilegiam o masculino. Souza (2009) revela que independente da posição da mulher no campo, seja como assentadas, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, cortadoras de cana, indígenas ou quilombolas, ocupam espaços de menor prestígio no contexto social. *São sempre relegadas ao segundo, terceiro, último plano na hierarquia de poder, do comando e, mesmo na tomada de decisão relacionada às atividades agrícolas* (p.1).

Em conformidade com pesquisas realizadas em assentamentos, no Bebedouro cabe às mulheres o trabalho doméstico. Entretanto, este trabalho não consiste apenas em cuidar dos filhos, organizar a casa e limpar, lavar e passar roupas e preparar as refeições. São elas as responsáveis pelo plantio e colheita daqueles alimentos essenciais para o consumo da família, além de inúmeras outras funções, porém sem alcançarem o status de trabalhadoras rurais perante a população da região (FARIAS, 2008; MENEGAT, 2008; SOUZA, 2009).

Portanto, até mesmo a valorização, visibilidade e circulação no espaço social sofre a influência dos atributos de gênero. No assentamento Bebedouro há espaços eminentemente associados ao público masculino, dois ‘bolichos-bares’ que conjugam um misto de mercearia com a venda de bebidas alcoólicas, onde a presença feminina é praticamente limitada à compra de alimentos e produtos para o lar, ao passo que são os homens os assíduos frequentadores do ambiente.

Miriam Pillar Grossi (2004) destaca que o espaço dos bares são institucionalizados em nossa cultura como lugares masculinos, onde o consumo de

bebida alcoólica denota um dos elementos que caracterizam a masculinidade tradicional. Reforçando essa idéia, a antropóloga cita Miguel Vale de Almeida que considera o ato de aprender a beber e de suportar a bebida como fator relacionado ao aprendizado do tornar-se homem.

Reflexões de Shraiber, Gomes e Couto (2005) sugerem que as diferenças inscritas no âmbito do gênero pautam o comportamento dos sujeitos na ordem social e nos relacionamentos entre indivíduos do mesmo sexo e com o sexo oposto nos espaços públicos e privados. É possível detectar em vários estudos que abordam o tema da violência de gênero a existência de um ethos masculino que associa a violência ao processo de construção de masculinidades (MEDRADO; LYRA, 2003, SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005, MINAYO, 2005).

Segundo Medrado e Lyra (2003) há uma série de mecanismos de brutalidade em voga na socialização masculina desde cedo. Fatores como agressividade e risco são vivenciados cotidianamente no processo de educação de jovens e crianças, estimulados a agir no mundo de forma proativa, aprendendo, muitas vezes, a resolver os conflitos por meio da violência. Isso estimula o comportamento mais agressivo durante a formação do homem, referenciando ações enérgicas e perpetuando o uso da força na sociedade.

Para estes pesquisadores, a repressão das emoções somada à experimentação da raiva e da violência física, formas aceitas para a expressão masculina dos sentimentos e fatores preponderantes na educação, representam portas abertas para os atos violentos. Estas noções são atualizadas de maneiras diversas em diferentes espaços, tais como, na família, na igreja, nas brincadeiras e brinquedos infantis, na mídia, nas ruas, escolas, mosteiros, prisões, quartéis, bares e muitos outros.

Minayo (2005), em seu artigo *Laços Perigosos entre machismo e violência*, propõe uma reflexão conectando masculinidades e violências a partir da categoria de gênero, além de destacar uma série de indicadores de saúde, como a vulnerabilidade para o uso de drogas, menor expectativa de vida, maiores óbitos por homicídios e morbimortalidade por acidentes e violências, números em que homens estão expostos em maior escala se comparado às mulheres em função do processo social de construção das masculinidades.

De acordo com ela, a percepção do masculino como sujeito da sexualidade e a do feminino como objeto sexual é um valor que tem persistido historicamente na cultura ocidental. Outras características como as idéias de atividade, dominação, decisão, de provedor e chefe da família, investem o homem com uma “posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma concepção direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas” (p.23).

Informações divulgadas no primeiro semestre de 2009 pelo “Programa Ligue 180”, serviço público de denúncia envolvendo casos de violência e abuso contra as mulheres, apontam o uso de álcool ou outro tipo de substância como o principal elemento associado às notificações de violência contra a mulher. O uso de psicoativos (substâncias lícitas ou ilícitas) pelo autor da agressão foi registrado em 54% das ocorrências. Do total de 17.231 casos registrados no primeiro semestre de 2009, 67% das ocorrências indicou o marido ou o companheiro como o agente da violência¹.

É preciso lembrar que estes números refletem facetas da realidade dos centros urbanos, situação distante daquela que encontramos nas áreas dos campos e florestas brasileiras, inclusive na região do assentamento Bebedouro, o que agrava a condição das mulheres residentes nas zonas rurais, onde faltam informações sobre os serviços de proteção, promoção e atendimento às mulheres existentes nas cidades mais próximas e seu direitos.

Estudo desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco revela a existência de uma série de dificuldades para realização da denúncia pelas mulheres que foram vítimas de violência perpetrada por parceiros íntimos na zona rural do sertão central pernambucano. A pesquisa indica que nos pequenos municípios da região a escassez de delegacias e juizados voltados ao atendimento às mulheres constitui um obstáculo para a efetivação de registros de acusação da violência sofrida por muitas mulheres agredidas na área rural (GOMES; CORDEIRO; RODRIGUES, 2010).

De acordo com a pesquisa, nesses órgãos públicos os profissionais são pouco capacitados para o acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de maus tratos, violência doméstica e familiar. Além disso, costumam descartar a Lei Maria da Penha ou repassar informações equivocadas, reforçando a impossibilidade da retirada do

¹Informação disponível no endereço eletrônico: <http://bit.ly/cB5iK1>, consultada em 05 out. 2009.

boletim de ocorrência na tentativa de dissuadir a mulher a não prestar a queixa com base nessa legislação (GOMES; CORDEIRO; RODRIGUES, 2010).

Outro aspecto ressaltado pelo documento é o fato da retirada da queixa pelo homem acusado ser uma conduta comum, uma vez que em muitos desses municípios do interior a rede de relações com as quais o agressor mantém contato, como operadores do direito, pessoas ilustres ou parlamentares facilita a interrupção do processo com tranquilidade. Tais situações ilustram as dificuldades e coerções sofridas pelas vítimas servindo para desencorajar as mulheres de realizarem a denúncia, aponta o estudo (GOMES; CORDEIRO; RODRIGUES, 2010).

Existem indícios de que esta realidade não difere de forma significativa da situação vivenciada pela população feminina em outras áreas rurais do Brasil, inclusive na maioria dos assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul². No decorrer do trabalho de campo tenho encontrado mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que relatam histórias diversas envolvendo ou não o consumo de substâncias psicoativas, em particular nesses casos, as bebidas alcoólicas³.

São narrativas de mulheres que revelam a existência de várias modalidades de violência que se entrecruzam produzindo dor, silenciamento e desconforto, incluindo a destruição do patrimônio financeiro pelo marido, o estupro consentido dentro do casamento a partir da coerção emocional para manutenção de relações sexuais, a presença da violência psicológica das humilhações aos xingamentos e a vivência de situações de grande tensão, apreensão e temor envolvendo momentos de embriaguez do parceiro.

No processo de entrevistas algumas mulheres abaixavam o olhar, perdiam a fala, ficavam temporariamente em silêncio, se emocionavam ao recordarem de suas vidas e histórias. Em outros momentos a sensação era de cumplicidade, as mulheres teciam confidências, comentavam sobre o início no namoro, mostravam fotografias do casamento, dos filhos e festas de família, uma delas até expôs situações de infidelidade

² Sobre isso ver DARON, Vanderléia Laodete Pulga. *Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta*. Disponível no endereço eletrônico: <http://bit.ly/hzZF4p>. Consultado em 10 Jan. 2011.

³ As pessoas entrevistadas foram informadas sobre os objetivos do trabalho e concederam as narrativas livre e espontaneamente. Todas as entrevistas foram gravadas em tecnologia digital e arquivadas para transcrição e interpretação dos dados.

do companheiro que geraram um distanciamento temporário, trazendo à tona memórias de perda, perdão e novamente de enlace.

Uma de nossas interlocutoras revelou ter suportado a violência do companheiro durante oito anos. Eram situações de maus-tratos, espancamentos, agressão sexual, moral, física e psicológica perpetrada pelo companheiro especialmente quando da ingestão de bebidas alcoólicas. A distância da família dificultava a busca por socorro e o encorajamento necessário para romper uma relação, que diante de anos de humilhações, havia minado a auto-estima e a força da entrevistada. No último ano do casamento, o apoio paterno foi fundamental para a decisão do divórcio e a realização da denúncia de uma dentre tantas outras violências sofridas, realizada na Delegacia de Polícia Civil no município de Nova Alvorada do Sul, mas sem o respaldo da Lei Maria da Penha.

Outras histórias de mulheres residentes no assentamento rural Bebedouro que foram interpeladas pela pesquisadora indicaram uma forte presença da limitação do direito de ir e vir, inclusive dentro do assentamento, uma vez que desistiram de estudar para corresponder ao desejo do marido, além de outras formas de violências sutis movidas sob o manto das assimetrias e diferenças entre homens e mulheres entendidas nesse espaço como naturais. Tais aspectos levam a maior parte das mulheres a não reconhecerem estas questões como sendo violência de gênero em suas vidas conjugais.

Com base no exposto, a pesquisa em desenvolvimento parte da hipótese de que o consumo do álcool e outras drogas são substâncias que podem, por um lado, proporcionar prazer ou representar um consolo para a existência, de outro, aflorar o machismo e o mal estar presente no ambiente do assentamento, culminando, muitas vezes, em práticas de violência contra as mulheres como uma forma de reforçar o domínio sobre elas ou banir momentaneamente a impotência masculina diante das dificuldades de subsistência e, assim, afirmar a onipotência num ambiente, conforme retratado anteriormente, marcado por normas sexistas que corroboram na manutenção das desigualdades de gênero e de poder nas relações entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, H. **Filtros, Mezinhas e Triacas**: as drogas no mundo moderno. Editora Xamã, 1994.
- COGGIOLA, O. O capitalismo e o tráfico de drogas. In: **Revista EDUSP** n ° 29. São Paulo. USP, 1997.

FARIAS, M. F. L. As trilhas da pesquisa em assentamentos de reforma agrária: continuidades e descontinuidades nas relações de gênero. In: **Espaço Plural (Unioeste)**, ano IX, n° 18, 2008.

GOMES, F. S. N; CORDEIRO, R. de L. M; RODRIGUES, L. O. **A difícil denúncia de casos de violência contra a mulher em contextos rurais**. Trabalho apresentado ao VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível no endereço eletrônico: <http://bit.ly/hOx8SD>. Consultado em 07 Fev. 2011.

GROSSI, M. P. Masculinidades: Uma revisão Teórica. In: **Antropologia em primeira mão/** Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, Florianópolis: UFSC/ Programa de Pós Graduação em antropologia Social, 1995.

MEDRADO, B & LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In: **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil), Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra à Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo Políticas Públicas**, Brasília: A Secretaria, 2003.

MENEGAT, A. S. Mulheres de Assentamentos Rurais: identidades e trajetórias em construção. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder**, 2008, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis-SC: Editora Mulheres, 2008.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (1):18 -34, 2005.

MINAYO, M. C. S & DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 14 (1): 35-42, jan-mar, 1998.

SCHRAIBER, L. B, GOMES, R. COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (1):7-17, 2005.

SOARES, B. M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOUZA, M. R. **Violência contra as mulheres rurais no Mato Grosso do Sul: desvendando uma realidade oculta e fragmentada por utopias e ilusões**. Artigo disponível nos anais (CD ROOM), do III Simpósio Internacional sobre Religiosidades, Diálogos Culturais e Híbridos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Anpuh, Brasil, 2009.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org.) **Drogas e cidadania**. São Paulo, Brasiliense, 1994, 23 – 29.